

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

O Novo
**PROCESSO CIVIL
BRASILEIRO**

Exposição sistemática do processo: de conhecimento;
nos tribunais; de execução; da tutela provisória

Prefácio de
Cândido Rangel Dinamarco

De acordo com:

- Leis nºs 14.365/2022, 14.620/2023, 14.713/2023, 14.879/2024 e 14.939/2024.
- Emenda Regimental nº 58/2022 do Supremo Tribunal Federal
- Resoluções: 591/2024 do STF e 3/2025 do STJ
- Precedentes Vinculantes do STJ e do STF

Revista, Atualizada e Ampliada

4ª edição

GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2026

4ª edição – 2026

© *Copyright: Paulo Cezar Pinheiro Carneiro*

Presidente do Conselho Editorial: *Nelson Nery Costa*

Conselho Editorial: • *Álvaro Mayrink* • *André Brandão Nery Costa* • *Araken de Assis* • *Arnaldo Rizzardo* • *Arruda Alvim* • *Cláudio Brandão* • *Florisbal de Souza Del' Olmo* • *Geraldo Magela Alves* • *Mathias Coltro (in memoriam)* • *Nelson Nery Costa* • *Sylvio Capanema de Souza (in memoriam)* • *Tânia da Silva Pereira* • *André Gustavo Corrêa de Andrade* • *José Roberto de Castro Neves* • *Fátima Cristina Santoro Gerstenberger* • *Eduardo Vasconcelos dos Santos Dantas* • *Roberto Rosas*

Diagramação: *Olga Martins*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C29n
4. ed.

Carneiro, Paulo Cezar Pinheiro, 1948-

O novo processo civil brasileiro : exposição sistemática do processo : de conhecimento; nos tribunais; de execução; da tutela provisória / Paulo Cezar Pinheiro Carneiro ; prefácio de Cândido Rangel Dinamarco. - 4. ed., rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro : GZ, 2026.
342 p. ; 23 cm.

Inclui índice
ISBN 978655813162-5

1. Processo civil - Brasil. I. Dinamarco, Cândido Rangel. II. Título.

26-104635.1

CDU: 347.9(81)



Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

14/04/2026 15/04/2026

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

contato@editoragz.com.br
www.editoragz.com.br

Estrada do Capuava, nº 1325 - Box Q - CEP 06715-410
Bairro Barro Branco - Município de Cotia - SP
Tels.: (0XX21) 99585-0737 / 99755-0737

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

*Ao meu eterno Mestre, José Carlos Barbosa Moreira,
fonte de inspiração deste livro, com o meu reconhecimento e
a minha gratidão, mais uma vez e sempre.*

PREFÁCIO

Este é um livro que eu gostaria de ter escrito.

Por sua estrutura, por seu conteúdo e pela coerência conceitual e sistemática aqui presentes, percebe-se com clareza que ele é permeado por um muito feliz *pragmatismo iluminado*. Desenvolve-se ao longo dos fenômenos procedimentais do processo civil, com capítulos referentes a cada um dos diversos procedimentos presentes na ordem jurídico-processual brasileira, sem lançar o foco principal sobre o sistema em si mesmo, sobre conceitos, princípios ou garantias, como é usual nas obras dos processualistas em geral. Seu foco principal são sempre e sempre os procedimentos e os atos ou fases inerentes a cada um deles, mas todos eles examinados e expostos à luz daqueles conceitos, princípios e garantias, que o Autor maneja com toda a habilidade e com toda a profundidade e segurança de um verdadeiro Mestre, que o Prof. Paulo Cezar realmente é.

A profundidade científica deste livro transparece quando, no estudo de cada um daqueles procedimentos, fases ou atos, o Autor os analisa à luz do *direito processual constitucional*, aqui jamais negligenciado, e sobre o pano-de-fundo representado pelo modo-de-ser do sistema processual civil brasileiro como um todo. Muito mais do que simplesmente descrever os procedimentos, Paulo Cezar busca na ordem constitucional a legitimidade dos dispositivos que examina e das posições por ele próprio assumidas, sempre empenhado na coerência entre essas posições.

Assim é quando cuida de institutos vitais do processo civil brasileiro, como as estruturas *procedimentais* em si mesmas e as diversas espécies de procedimentos; como a petição inicial e o pedido, o qual ele apresenta como *a mola mestra do processo*, responsável pela determinação do litígio e fixação do objeto do processo; como a *prova*, o direito a ela e a vinculação desse direito à garantia constitucional do contraditório; como a sentença e suas possíveis projeções sobre o processo mesmo ou sobre a vida dos litigantes; como os *recursos*, sua admissibilidade e seus efeitos; como a *execução*, o título executivo e a responsabilidade executória; como a tutela de urgência e a da evidência etc.

Por tudo isso é que, como disse no início, vejo neste novo livro do Professor Paulo Cezar Pinheiro Carneiro uma opção metodológica que denominei *pragmatismo iluminado*. Vejo um indisfarçável pragmatismo no enfoque dos modos como o processo se realiza e deve realizar-se, com os olhos voltados ao exercício das profissões forenses. E falo em um pragmatismo *iluminado* para expressar minha admiração pelo modo como o Autor soube plantar esse exame na teoria do processo e em suas garantias constitucionais, as quais são um poderoso fator de iluminação de suas posições. Em suma: ao fundo e à base de suas exposições centradas nos atos reside um substrato científico de primeira linha, responsável pela solidez de suas ideias focadas no procedimento e pela coerência indispensável a todo trabalho verdadeiramente científico.

Foi por tudo isso que também disse no início que este é um livro que eu gostaria de ter escrito. É muito difícil compor uma obra pelo modo como fez o Paulo Cezar, sem cair na vulgaridade de interpretações meramente exegéticas e sem voar por conceitos e princípios sem demonstrar a utilidade da aplicação de cada um deles. E acrescento agora que, seja pelo título da obra, seja em razão dessa opção metodológica de seu Autor, eu vejo no livro *O novo processo civil brasileiro* uma homenagem do Paulo Cezar ao seu inesquecível Mestre (e de todos nós), o Professor José Carlos Barbosa Moreira. Também este produziu uma obra denominada *O novo processo civil* e orientou seu conteúdo segundo as mesmas linhas metodológicas presentes nessa que agora tenho a honra de prefaciar. E tenho a certeza de que ao livro do Paulo Cezar está reservado o mesmo sucesso que o do José Carlos obteve junto ao público leitor. Cada um a seu modo, ambos souberam chegar ao profissional com soluções sólidas, coerentes, muito bem fundamentadas e com extrema fidelidade aos princípios e garantias constitucionais e aos conceitos desenvolvidos ao longo da história do direito processual.

Por todos esses motivos estou muito orgulhoso do meu amigo e mais orgulhoso ainda da oportunidade que me deu de ser um leitor privilegiado dessa sua obra de tão elevado nível.

São Paulo, julho de 2019.

Cândido Rangel Dinamarco

NOTA DO AUTOR À 4ª EDIÇÃO

Esta quarta edição, além de acréscimos (itens 3.4.2 e 17.2.1) e de modificações pontuais no texto, especialmente em decorrência das inovações introduzidas no CPC pelas Leis nºs 14.365/2022, 14.620/2023, 14.713/2023, 14.879/2024; 14.939/2024 e pela Emenda Regimental 58/2022 do STF, foi objeto de nova ampliação com importantes regras editadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ - que modificaram sensivelmente o procedimento dos julgamentos dos processos em ambiente eletrônico – Resolução 591 de 23 de setembro de 2024.

Por outro lado, com a determinação da Resolução 591 do CNJ no sentido de que todo o poder judiciário deveria aplicá-la nos julgamentos em ambiente eletrônico, foram ampliados os itens 18.5.1.1 e 18.12.6.2 do livro, regulando, respectivamente, o procedimento que deve ser seguido por todos os tribunais de segunda instância do País e pelo STJ, que, inclusive, editou uma resolução própria para tanto - Resolução nº 3, de 15 de janeiro de 2025. Também foram inseridas diversas modificações em outros itens do livro, para adaptá-lo ao novo regramento (itens 2.8; 2.8.1; 2.8.2; 2.8.3; 18.12.5.1; 18.12.5.2 e 18.12.6.1).

A quarta edição foi acrescida dos precedentes vinculantes, com os respectivos temas, elaborados pelo STJ, tanto em recursos repetitivos como em incidente de assunção de competência, além de precedentes do Supremo Tribunal Federal, que de alguma forma influenciaram a interpretação ou mesmo modificaram dispositivos do Código de Processo Civil.

Agradeço aos Professores Rogéria Dotti, José Roberto Mello Porto e Humberto Santarosa, que contribuíram com a pesquisa dos precedentes vinculantes editados pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, assim como aos advoga-

daos do escritório PCPC Carolina Rocha Ribeiro e Wingler Alves e os estagiários Julia da Costa Brito Pinto, Victor Zacharias Santos e a Ana Amabile, que secretariou com a eficiência de sempre o trabalho. A todos o meu reconhecimento e a minha gratidão.

Visconde de Mauá, Maringá/Rio de Janeiro, abril de 2026.

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

NOTA DO AUTOR

Ao leitor,

Tive o privilégio de participar das três comissões de juristas que elaboraram o novo Código de Processo Civil. A primeira, designada pelo Senado Federal, produziu o anteprojeto do novo Código, que foi submetido ao exame da Câmara dos Deputados, onde foi formada uma nova comissão, da qual também participei. Finalmente, com o retorno do projeto ao Senado Federal, foi criada uma terceira comissão composta pelos professores: Luiz Fux, Bruno Dantas, José Roberto dos Santos Bedaque e Teresa Arruda Alvim, além de mim, com a incumbência do exame das modificações propostas pela Câmara e das diversas emendas apresentadas pelos parlamentares.

Como colaborador do novo Código desde a sua concepção até a sua aprovação e sanção, não poderia me furtar a apresentar um trabalho destinado a sistematizar os diversos procedimentos do novo diploma legal, com os olhos voltados para o labor do dia a dia dos profissionais de Direito, inclusive estudantes.

Para tanto, inspirado no incomparável livro do meu eterno Mestre, José Carlos Barbosa Moreira, intitulado *O Novo Processo Civil Brasileiro*, publicado em 1975, logo após o advento do antigo Código de 1973, estruturei a minha obra de forma objetiva, minuciosa e prática dos processos de conhecimento, nos tribunais, de execução e da tutela provisória.

Agradeço aos amigos Leonardo Greco, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Filho, Leonardo Schenk, Humberto Santarosa e Daniel de Oliveira Pontes, que leram os originais e formularam importantes sugestões, em grande parte acolhidas.

O agradecimento é também devido à professora Alda Valverde, mestre em língua portuguesa pela UFRJ, que realizou um minucioso e profícuo trabalho de revisão gramatical, formulando importantes sugestões de redação.

Last but not least, quero agradecer de coração ao meu querido amigo e também Mestre Cândido Rangel Dinamarco, pelo seu prefácio que muito me emocionou não

só pela generosidade das palavras, mas também pela certeza de que produzi algo digno, na esteira dos ensinamentos do meu Mestre, José Carlos Barbosa Moreira.

Visconde de Mauá, Maringá, agosto de 2019.

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

SOBRE O AUTOR

Professor Emérito de Teoria Geral do Processo na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutor e Livre-docente pela mesma Academia. Procurador de Justiça (aposentado) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Membro das comissões de juristas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que elaboraram o novo Código de Processo Civil, do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Advogado, sócio do escritório PCPC Advogados Associados.

SUMÁRIO

Parte I – Processo de Conhecimento e de Cumprimento de Sentença

Capítulo 1 – Introdução.....	1
Capítulo 2 – Procedimentos Comum e Especial. Noções Gerais	3
2.1. Procedimento Comum. Generalidades	3
2.2. Procedimento Comum. Etapas.....	4
2.3. Dos Procedimentos Especiais	6
2.4. Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária.....	7
2.5. Procedimentos Extrajudiciais	8
2.6. Procedimento Recursal no Grau Superior	9
2.7. Convenção das Partes sobre o Procedimento	10
2.8. Procedimento Eletrônico	10
2.8.1. Noções Gerais	10
2.8.2. Procedimento Totalmente Digital	13
2.8.3. Núcleos de Justiça 4.0. Criação de órgãos jurisdicionais virtuais especializados	14
Capítulo 3 – Procedimento Comum. Fase Postulatória.....	17
3.1. Petição Inicial. Requisitos	17

3.2. O Pedido	18
3.2.1. Tipos de Pedido.....	18
3.2.2. Cumulação de Pedidos.....	19
3.2.3. Requisitos da Cumulação.....	20
3.2.4. Modificações do Pedido.....	21
3.3. Da Causa de Pedir.....	22
3.3.1. Cumulação de Causas de Pedir.....	23
3.3.2. Modificação da Causa de Pedir.....	24
3.4. Valor da Causa	24
3.4.1. Importância do Valor da Causa.....	25
3.4.2. Gratuidade de Justiça.....	25
3.5. Provas	27
3.6. Audiência de Conciliação	27
3.7. Procuração	27
Capítulo 4 – Da Distribuição da Petição Inicial.....	29
Capítulo 5 – Decisões do Juiz sobre a Petição Inicial.....	31
5.1. Noções Gerais.....	31
5.2. Emenda da Petição Inicial	32
5.3. Indeferimento da Petição Inicial.....	32
5.4. Improcedência Liminar do Pedido.....	33
5.5. Decisão Liminar Positiva.....	34
Capítulo 6 – Citação do Réu	35
6.1. Conceito.....	35
6.2. Nulidade da Citação.....	36
6.3. Efeitos da Citação.....	36
6.4. Destinatários, Lugar e Impedimentos à Citação.....	37
6.5. Modos de Realização da Citação.....	38
Capítulo 7 – Intimações.....	43
Capítulo 8 – Audiência de Conciliação ou de Mediação.....	45

Capítulo 9 – Contestação	47
9.1. Generalidades	47
9.2. Prazos para Apresentação da Contestação.....	48
9.3. Temas para a Defesa	49
Capítulo 10 – Reconvenção	53
Capítulo 11 – Da Revelia e do Reconhecimento do Pedido	55
Capítulo 12 – Providências Preliminares	57
12.1. Alegações do Réu	57
12.2. Possíveis Medidas do Juiz	58
Capítulo 13 – Decisão de Saneamento	61
Capítulo 14 – Da Atividade Probatória em Geral	63
14.1. Noções Introdutórias.....	63
14.2. Disposições Gerais.....	64
14.3. Da Produção Antecipada da Prova	65
Capítulo 15 – Das Provas em Espécie	67
15.1. Da Ata Notarial.....	67
15.2. Depoimento Pessoal da Parte.....	67
15.3. Confissão	68
15.4. Exibição de Documento ou Coisa.....	69
15.5. Prova Documental	71
15.5.1. Da Arguição de Falsidade.....	72
15.6. Prova Testemunhal.....	72
15.6.1. Noções Introdutórias.....	72
15.6.2. Da Produção da Prova Testemunhal	73
15.7. Prova Pericial.....	74
15.8. Inspeção Judicial.....	76
Capítulo 16 – Audiência de Instrução e Julgamento	79
16.1. Introdução	79

16.2. Características.....	79
16.3. Casos de Antecipação e de Adiamento	80
16.4. Início da Audiência. Tentativa de Conciliação	81
16.5. Produção das Provas	81
16.5.1. Depoimento dos Peritos e dos Assistentes Técnicos	82
16.5.2. Depoimento Pessoal das Partes	82
16.5.3. Depoimento das Testemunhas	83
Capítulo 17 – Sentença	85
17.1. Noções Gerais.....	85
17.2. Elementos	86
17.3. Fatos Supervenientes	87
17.4. Efeitos.....	88
17.5. Remessa Necessária.....	88
17.6. Honorários Advocatícios.	89
Capítulo 18 – Recursos	93
18.1. Finalidades. Classificação. Recurso Adesivo.....	93
18.2. Requisitos para o Juízo de Admissibilidade e de Mérito.....	94
18.2.1. Introdução.....	94
18.2.2. Juízo de Admissibilidade. Controle.....	95
18.2.3. Classificação	96
18.2.4. Requisitos	96
18.2.5. Juízo de Mérito. Efeitos e Competência.....	100
18.3. Efeitos da Interposição do Recurso	102
18.3.1. Obstar o Trânsito em Julgado	102
18.3.2. Suspensivo.....	102
18.3.3. Devolutivo	103
18.3.4. Subjetivo.....	104
18.4. Desistência do Recurso.....	105
18.5. Procedimento dos Recursos nos Tribunais	106
18.5.1. Panorama Geral. Julgamento.....	106

18.5.1.1. Julgamentos por Videoconferência e Virtual nos Tribunais de Segundo Grau.....	108
18.5.2. Continuação de Julgamento Não Unânime	110
18.5.3. Do Relator. Prevenção. Poderes e Deveres.....	111
18.6. Recursos em Espécie. Generalidades	112
18.7. Apelação	114
18.7.1. Cabimento.....	114
18.7.2. Interposição. Procedimento	114
18.7.3. Efeitos.....	115
18.7.4. Admissibilidade. Julgamento.....	117
18.8. Agravo de Instrumento	118
18.8.1. Cabimento.....	118
18.8.2. Interposição. Procedimento	123
18.8.3. Efeitos.....	124
18.8.4. Admissibilidade e Julgamento	125
18.9. Agravo Interno	125
18.9.1. Cabimento. Efeitos	125
18.9.2. Interposição. Procedimento. Admissibilidade. Julgamento.....	126
18.10. Embargos de Declaração	128
18.10.1. Cabimento.....	128
18.10.2. Interposição. Procedimento	129
18.10.3. Efeitos.....	129
18.10.4. Admissibilidade e Julgamento	130
18.11. Recurso Ordinário.....	131
18.11.1. Cabimento.....	131
18.11.2. Interposição. Procedimento	132
18.11.3. Efeitos. Admissibilidade. Julgamento. Fungibilidade	133
18.12. Recursos Extraordinário e Especial.....	134
18.12.1. Cabimento.....	134
18.12.2. Interposição	135

18.12.3. ... Procedimento Comum dos Recursos Extraordinário e Especial no Tribunal Recorrido. Juízo de Admissibilidade	136
18.12.4. Efeitos.....	137
18.12.5. Procedimento no Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral. Julgamento.....	138
18.12.5.1. Julgamento por Videoconferência no Supremo Tribunal Federal.....	142
18.12.5.2. Julgamento Virtual no Supremo Tribunal Federal.....	143
18.12.6. Procedimento e Julgamento no Superior Tribunal de Justiça.....	145
18.12.6.1. Julgamento por Videoconferência no Superior Tribunal de Justiça.	146
18.12.6.2. Julgamento Virtual no Superior Tribunal de Justiça. ...	146
18.12.7. Interposição Conjunta de Recurso Extraordinário e Recurso Especial	147
18.12.8. Fungibilidade entre os Recursos Extraordinário e Especial	147
18.13. Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos.....	148
18.13.1. Cabimento. Seleção dos Recursos Pilotos.....	148
18.13.2. Suspensão dos Processos em Curso. Pedido de Distinção	149
18.13.3. Afetação: Procedimento e Julgamento	150
18.13.4. Vinculação dos Efeitos da Decisão. Reclamação	151
18.14. Alteração da Tese Jurídica. Modulação de Efeitos	153
18.14.1. Cabimento, Legitimidade e Procedimento	153
18.14.2. Modulação de Efeitos.....	155
18.15. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	156
18.15.1. Cabimento	156
18.15.2. Procedimento. Julgamento	157
18.15.3. Aplicação do Regime de Repercussão Geral e de Recursos Repetitivos.....	158
18.16. Embargos de Divergência.....	158
18.16.1. Cabimento. Efeitos	158
18.16.2. Interposição. Procedimento.....	159

Capítulo 19 – Dos Incidentes de Competência Originária dos Tribunais.....	161
19.1. Do Incidente de Assunção de Competência.....	161
19.1.1. Cabimento. Procedimento e Julgamento	161
19.2. Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.....	162
19.2.1. Noções Gerais. Cabimento. Competência	162
19.2.2. Procedimento no Pleno ou no Órgão Especial	163
19.3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	165
19.3.1. Noções Gerais. Cabimento	165
19.3.2. Instauração. Competência.....	165
19.3.3. Procedimento. Suspensão. Distinção. Julgamento	166
19.3.4. Vinculação dos Efeitos da Decisão. Reclamação. Revisão da Tese...	168
19.3.5. Recurso	168
Capítulo 20 – Liquidação de Sentença	171
20.1. Generalidades. Cabimento.....	171
20.2. Tipos. Procedimento	172
Capítulo 21 – Cumprimento de Sentença	175
21.1. Disposições Gerais. Legitimidade. Competência	175
Capítulo 22 – Cumprimento Provisório da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia.....	179
22.1. Cabimento. Procedimento.....	179
Capítulo 23 – Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa.....	181
23.1. Regulamentação.....	181
23.2. Procedimento	181
23.3. Comparecimento Espontâneo do Executado a Juízo para Cumprir a Sentença	184
Capítulo 24 – Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos..	185
24.1. Procedimento	185

Capítulo 25 – Cumprimento de Sentença de Pagar Quantia Certa em face da Fazenda Pública	187
25.1. Procedimento	187
Capítulo 26 – Cumprimento de Sentença de Obrigação de Fazer e de Não Fazer	189
26.1. Procedimento	189
Capítulo 27 – Obrigações de Emitir Declaração de Vontade	193
Capítulo 28 – Cumprimento de Sentença de Obrigação de Entregar Coisa Certa	195
28.1. Procedimento	195
Capítulo 29 – Execução de Obrigação Alternativa	197
Parte II – Processo de Execução	
Capítulo 30 – Introdução. Regulamentação	201
Capítulo 31 – Disposições Gerais	203
31.1. Poderes do Juiz. Atos Atentatórios à Dignidade da Justiça	203
31.2. Cumulação de Execuções. Desistência	204
31.3. Partes	205
31.4. Competência	206
Capítulo 32 – Títulos Executivos	209
32.1. Generalidades	209
32.2. Títulos Executivos Extrajudiciais	210
Capítulo 33 – Responsabilidade Patrimonial	213
33.1. Dos Bens Sujeitos à Execução	213
33.2. Desconsideração da Personalidade Jurídica	217
33.2.1. Generalidades	217
33.2.2. Procedimento	217
Capítulo 34 – Das Diversas Espécies de Execução. Disposições Gerais	219
34.1. Petição Inicial da Execução por Título Extrajudicial. Disposições Gerais	219

34.2.Procedimentos. Defesa. Recursos.....	221
Capítulo 35 – Execução para Entrega de Coisa Certa	223
Capítulo 36 – Execução para Entrega de Coisa Incerta.....	227
Capítulo 37 – Da Execução das Obrigações de Fazer.....	229
Capítulo 38 – Da Execução das Obrigações de Não Fazer.....	233
Capítulo 39 – Execução por Quantia Certa. Devedor Solvente.....	235
39.1. Introdução.....	235
39.2. Petição Inicial	236
39.3. Averbação da Execução em Registros Públicos	236
39.4. Possíveis Atitudes do Executado, Após a Citação.....	237
39.5. Penhora. Conceito. Objeto. Limites.....	238
39.6. Bens Impenhoráveis. Espécies.....	238
39.6.1. Bens Absolutamente Impenhoráveis.....	238
39.6.2. Bens Relativamente Impenhoráveis	240
39.7. Ordem de Preferência para a Penhora	240
39.8. Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira	241
39.9. Da Penhora de Créditos e de Outros Direitos.....	243
39.10. Penhora das Quotas ou Ações de Sociedades Personificadas.....	244
39.11. Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes ..	244
39.12. Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa	245
39.13. Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel.....	246
39.14. Do Procedimento da Penhora: Realização, Documentação, Apreensão, Depósito, Intimação e Averbação	246
39.15. Das Modificações da Penhora: Substituição, Desistência, Redução, Ampliação, Segunda Penhora. Procedimento.....	249
39.16. Avaliação.....	250
39.17. Expropriação de Bens	253
39.17.1. Generalidades	253
39.17.2. Da Adjudicação	253

39.17.3. Da Alienação por Iniciativa Particular	256
39.17.4. Da Alienação Judicial	259
39.17.5. Efeitos da Alienação	265
39.17.6. Remição.....	265
39.17.7. Satisfação do Crédito. Pagamento ao Credor	266
39.17.8. Concurso de Credores.....	267
Capítulo 40 – Execução Contra a Fazenda Pública.....	269
Capítulo 41 – Execução de Alimentos	271
Capítulo 42 – Embargos à Execução.....	273
42.1. Generalidades	273
42.2. Prazo e Petição Inicial	274
42.2.1. Reconhecimento da Dívida. Direito ao Parcelamento.....	275
42.3. Competência	276
42.4. Impedimento ou Suspeição do Juiz	277
42.5. Fundamentos dos Embargos	277
42.6. Procedimento	278
42.6.1. Distribuição. Rejeição Liminar.....	278
42.6.2. Efeitos.....	279
42.6.3. Contestação. Julgamento. Recurso	280
Capítulo 43 – Suspensão e Extinção do Processo de Execução.....	281
43.1. Suspensão da Execução	281
43.2. Extinção da Execução.....	282
43.2.1. Extinção com o Julgamento do Mérito.....	282
43.2.2. Extinção sem o Julgamento do Mérito	283
Parte III – Tutela Provisória	
Capítulo 44 – Tutela Provisória	287
44.1. Introdução	287
44.2. Características: Provisoriedade, Cognição Sumária, Acessoriedade, Fungibilidade e Adequação da Medida ao Caso Concreto	288

44.3. Espécies e Requisitos.....	289
44.4. Custas. Competência.....	290
44.5. Estabilização da Tutela	290
44.6. Revogação e Modificação da Tutela	292
44.7. Ressarcimento de Danos.....	293
44.8. Decisões. Recursos	294
44.9. Tutela de Urgência. Disposições Gerais. Irreversibilidade da Tutela	295
44.10. Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente .	296
44.11. Procedimento de Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente	297
44.12. Tutela da Evidência.....	298
Capítulo 45 – Tutela Provisória em Face da Fazenda Pública.....	301
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	303

PARTE I

Processo de Conhecimento e de Cumprimento de Sentença

